



MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA - LEI N.º 14.133/21 SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DIRETA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de prestação de serviços na área de assistência médica, hospitalar e ambulatorial, em contratualização nos níveis de alta e média complexidade, para compor a rede de atenção integral à saúde no Sistema Único de Saúde – SUS, em continuidade da prestação dos serviços públicos de saúde referente ao contrato anterior (Contrato n.º 2022/307).

Item	Produto	Unid. Med.	Especificação do item	Quantidade	Valor Unitário	Total Item
1	56149	MÊS	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR PARA PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE-Financiamento MAC. Forma de pagamento PÓS-FIXADA.	60	2.163,92	129.835,20
2	56150	MÊS	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E AMBULATORIAL PARA PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE-Financiamento MAC. Forma de pagamento PÓS-FIXADA.	60	14.680,61	880.836,60
3	56151	MÊS	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR PARA PROCEDIMENTOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE-Financiamento MAC. Forma de pagamento PRÉ-FIXADA.	60	405.573,54	24.334.412,40
4	56152	MÊS	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E AMBULATORIAL PARA PROCEDIMENTOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE-Financiamento MAC. Forma de pagamento PRÉ-FIXADA.	60	78.250,33	4.695.019,80
5	61811	MÊS	SERVIÇOS DIAGNÓSTICOS EM LABORATÓRIO CLÍNICO-Forma de pagamento mista: parte PRÉ-FIXADA e parte PÓS-FIXADA.	60	335.140,33	20.108.419,80
6	56153	MÊS	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR / FAEC-Forma de pagamento PÓS-FIXADA.	60	13.678,87	820.732,20
7	56155	MÊS	INCENTIVO A CONTRATUALIZAÇÃO –IAC-Conforme Portarias GM/MS n.ºs 3.166-2013. Financiamento MAC. Forma de pagamento PRÉ-FIXADA.	60	43.413,81	2.604.828,60
8	61810	MÊS	COMPONENTE HOSPITALAR DO PLANO DE AÇÃO REGIONAL DA REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS DO RIO GRANDE DO SUL-Conforme o Anexo da Portaria GM/MS n.º 3.186-2019, que de finiu o INCENTIVO para habilitação UTI ADULTO TIPO II, em parcelas mensais. Financiamento MAC. Forma de pagamento PRÉ-FIXADA.	60	26.385,12	1.583.107,20
9	64532	MÊS	PROGRAMA DE INCENTIVOS HOSPITALARES - ASSISTIR PARA A QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA EM SAÚDE NOS HOSPITAIS CONTRATUALIZADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS-Conforme Portaria SES-RS n.º 227/2024. Forma de Pagamento Pré-fixada.	60	62.622,00	3.757.320,00
10	61810	MÊS	COMPONENTE HOSPITALAR DO PLANO DE AÇÃO REGIONAL DA REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS DO RIO GRANDE DO SUL-Conforme Portaria GM/MS 2.494/2023, incentivo UTI adulto RUE TIPO II. Financiamento MAC. Forma de pagamento PRÉ-FIXADA.	60	35.180,16	2.110.809,60
11	61810	MÊS	COMPONENTE HOSPITALAR DO PLANO DE AÇÃO REGIONAL DA REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS DO RIO GRANDE DO SUL-Conforme Portaria GM/MS 2.494/2023, incentivo UTI adulto RUE TIPO II. Financiamento MAC. Forma de pagamento PRÉ-FIXADA. Valores retroativos, competências dez/2023 a junho/2024.	7	35.180,16	246.261,12
12	64532	MÊS	PROGRAMA DE INCENTIVOS HOSPITALARES - ASSISTIR PARA A QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA EM SAÚDE NOS HOSPITAIS CONTRATUALIZADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS-Forma de pagamento PRÉ-FIXADA. Valores retroativos, competências janeiro/2024 a junho/2024. Aumento de valor no a partir do exercício de 2024, conforme portaria SES 227/2024. R\$ 62.622,00 - 41.666,67 = R\$ 20.955,33 mensais.	6	20.955,33	125.731,98
Valor Total						61.397.314,50

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 60 meses, contados a partir de 01/07/2024.

1.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 61.397.314,50, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

Rua Alfredo Chaves, n.º 1.333 - Bairro Exposição – CEP: 95.020-460 - Caxias do Sul (RS)

Fone: (54) 3218.6000





24805000124322



MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA - LEI N.º 14.133/21 SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DIRETA

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Atualmente o Município de Caxias do Sul não dispõe de hospital municipal tendo que suprir a necessidade de atendimento hospitalar através da contratação de serviços em estruturas públicas, filantrópicas e privadas. Esta rede é composta com serviços de complexidades e características distintas, diretamente relacionadas aos atendimentos necessários à demanda municipal e regional.

A capacidade instalada suficiente para atender a totalidade da demanda de saúde gerada pelos 49 municípios atendidos pela 5ª CRS e para os quais Caxias do Sul é referência é de no mínimo 600 leitos, bem como toda a estrutura de apoio em serviços auxiliares de diagnóstico.

São necessários também equipe médica e multiprofissional em saúde para o atendimento da integralidade das linhas de cuidado em tempo oportuno, conforme normas e fluxos estabelecidos pelos programas do SUS. O hospital será referência para média complexidade clínica e cirúrgica adulta de usuários de Caxias do Sul.

O imperativo se faz pela necessidade de manter-se o atendimento gratuito de saúde à população de Caxias do Sul, uma vez que desde a implantação da Gestão Plena do SUS ao Município a contratualização de serviços de terceiros ao SUS é de obrigação do ente Municipal.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Considerando que a rede de assistência médico hospitalar e ambulatorial, eletiva e de urgência, já está estruturada e possui fluxos e protocolos vigentes, com atendimentos regulados e por demanda espontânea, solicita-se a contratação imediata.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os requisitos técnicos estabelecidos no anexo I deste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Rua Alfredo Chaves, n.º 1.333 - Bairro Exposição – CEP: 95.020-460 - Caxias do Sul (RS)

Fone: (54) 3218.6000



2



24805000124322



MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA - LEI N.º 14.133/21
SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DIRETA

5.1. O prazo de execução dos serviços será de 60 meses, a partir da publicação do contrato.

5.2. A execução contratual observará as rotinas abaixo/em anexo:

5.2.1. A contratada e seus profissionais devem estar inscritos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), mantido atualizado.

5.2.2. O acesso aos serviços deverá obedecer aos fluxos estabelecidos pelo Complexo Regulador do CONTRATANTE, que se darão da seguinte forma:

5.2.2.1. O acesso ambulatorial ocorre da seguinte forma:

- a) referenciado por meio da Central de Regulação Ambulatorial (CRA) do CONTRATANTE com agendamento prévio, conforme referências pactuadas;
- b) referenciado por meio do atendimento médico de egresso hospitalar, agendados e realizados no ambulatório pela CONTRATADA.

5.2.2.2. O acesso à internação ocorre da seguinte forma:

- a) regulados pelas Centrais de Regulação de Leitos (CRL) do CONTRATANTE, alimentando o Sistema de Informação de Regulação determinado pela SMS.

É vedado à CONTRATADA permitir acesso de pacientes ao atendimento do SUS, sem prévia regulação das Centrais de Regulação do CONTRATANTE.

Nos casos de atendimentos ambulatoriais e internações sem a prévia autorização poderá ser realizada a glosa dos serviços prestados, cabendo direito de defesa e reconsideração com relação à glosa efetuada.

5.2.3. A CONTRATADA deverá manter equipe multidisciplinar para os atendimentos previstos, durante 24 horas por dia, todos os dias do ano.

5.2.4. A CONTRATADA deverá realizar todos os atendimentos de forma integral, sem que haja negativa a qualquer tipo de procedimento previsto.

5.2.5. A contratada não poderá cobrar do paciente qualquer complementação de valores pelos serviços prestados.

5.2.6. Para fins de faturamento, controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados, a contratada deverá encaminhar ao DACRA até o quinto dia útil do mês subsequente ao atendimento, relatório com as informações sobre os atendimentos prestados. O documento deve conter, nome do usuário atendido, CNS, data do atendimento, tipo de atendimento.

Rua Alfredo Chaves, n.º 1.333 - Bairro Exposição – CEP: 95.020-460 - Caxias do Sul (RS)

Fone: (54) 3218.6000



3



24805000124322



MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA - LEI N.º 14.133/21 SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DIRETA

5.2.7. A comprovação dos atendimentos se dará através da verificação dos registros em prontuários, a qual poderá ser de forma física, com a disponibilização dos mesmos pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, e/ou por meio eletrônico com acesso online.

5.2.8. A contratada será responsável pela integridade dos dados transmitidos, bem como pelos procedimentos de segurança necessários no ato da transmissão.

5.3. DA ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL

O serviço de assistência ambulatorial prestado pela CONTRATADA deve ser compatível com os valores da tabela SUS e compreende a área física para prestar assistência ambulatorial nas especialidades a qual possui habilitação, residência médica, serviços de enfermagem, devendo ser utilizados serviços de apoio em diagnóstico necessários para a prestação do serviço, tais como: serviços auxiliares de diagnóstico e terapia em laboratório e imagem, inclusive fornecendo insumos necessários para o tratamento.

5.4 DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

O serviço de assistência hospitalar prestado pela CONTRATADA deve ser compatível com os valores da tabela SUS e compreende serviços médicos e hospitalares, de enfermagem, leitos para internação, devendo ser utilizados serviços de apoio em diagnóstico necessários para a prestação dos serviços, tais como: serviços auxiliares de diagnóstico e terapia em laboratório e imagem, inclusive fornecendo insumos necessários para o tratamento, conforme contrato existente.

Tanto na internação hospitalar quanto no atendimento ambulatorial, os medicamentos a serem fornecidos pela CONTRATADA deverão ser aqueles disponibilizados pelo SUS, conforme Política Nacional de Medicamentos (RENAME) e, da mesma forma, os materiais especiais tais como órtese, prótese, e material de síntese disponibilizados pela Tabela SIGTAP/MS.

As exceções serão avaliadas pelo CONTRATANTE.

A CONTRATADA se obriga a realizar internação em caráter eletivo e em caráter de urgência, conforme regulação da Central de Leitos (CRL).

A CONTRATADA disponibilizará os prontuários para as auditorias periódicas de fluxo, podendo ser realizadas glosas nos casos de internação incompatível com os fluxos estabelecidos inclusive de urgências, emergências e ordens judiciais.

5.5. Dos materiais a serem disponibilizados (quando houver):

Rua Alfredo Chaves, n.º 1.333 - Bairro Exposição – CEP: 95.020-460 - Caxias do Sul (RS)

Fone: (54) 3218.6000



4



24805000124322



MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA - LEI N.º 14.133/21 SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DIRETA

5.5.1. Para a perfeita execução dos serviços, o prestador deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.5.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1.1. Garantir a assistência médico hospitalar e ambulatorial, de forma integral e contínua, com acesso imediato aos cuidados de saúde em clínica médica, cardiologia, cirurgia geral, otorrinolaringologia, neurologia e demais especialidades, em casos de média complexidade.

6 . DA AVALIAÇÃO, CONTROLE, REGULAÇÃO E AUDITORIA DOS SERVIÇOS

6 - A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE a avaliação e auditoria permanentes dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

6.1 - A CONTRATADA deverá garantir acesso necessário à execução do serviço de auditoria, exclusiva e reservada para a equipe do CONTRATANTE.

6.2 - Os prontuários dos pacientes deverão ficar sob a guarda da CONTRATADA à disposição do CONTRATANTE para auditorias, conforme legislação vigente.

6.3 - A auditoria realizada pelo CONTRATANTE sobre os serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA de sua responsabilidade, inclusive perante os pacientes e terceiros, sendo que também não exime o CONTRATANTE na sua esfera de atuação, como, por exemplo, negativas e atrasos de liberação de atendimentos.

6.4 - Em casos específicos e mediante critérios definidos pelas partes em normatização complementar, poderá ser realizada auditoria especializada.

6.5 - Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa.

6.6 - Trimestralmente, o CONTRATANTE irá avaliar a produção hospitalar e ambulatorial, de média e alta complexidade, com o intuito de verificar se a proporção dos recursos estimados do

Rua Alfredo Chaves, n.º 1.333 - Bairro Exposição – CEP: 95.020-460 - Caxias do Sul (RS)

Fone: (54) 3218.6000



5



24805000124322



MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA - LEI N.º 14.133/21 SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DIRETA

contrato estão distribuídos de forma condizente com a produção real da CONTRATADA.

6.6.1 - Caso os valores estimados do contrato não estejam representando à produção realizada, os recursos serão remanejados entre os itens, por meio de elaboração de termo aditivo.

6.6.2 - O remanejamento realizado para adequação do contrato à produção não sensibilizará o limite de 25% para alterações quantitativas.

7. DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

7.1 O prestador deverá, obrigatoriamente, atender às condições para assinatura do contrato, apresentando os documentos exigidos neste Termo de Referência, quando for o caso.

7.1.1 A assinatura do Termo de Contrato poderá ser por meio da Plataforma PROA - Processos Administrativos e-Gov, desde que a empresa tenha um Certificado emitido por uma Autoridade Certificadora (AC), credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil), na forma da legislação vigente.

8. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO OU NÃO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

8.1. O fornecedor será selecionado por meio inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, caput da Lei nº 14.133/21 c/c Lei 8.080/1990.

8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo II, deste Termo de Referência.

8.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira, bem como os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo II, deste Termo de Referência.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Rua Alfredo Chaves, n.º 1.333 - Bairro Exposição – CEP: 95.020-460 - Caxias do Sul (RS)

Fone: (54) 3218.6000



6



24805000124322



MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA - LEI N.º 14.133/21 SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DIRETA

9.1. A Associação Cultural e Científica Virvi Ramos, mais conhecida como Hospital Virvi Ramos, é uma organização sem fins lucrativos que atua na área de saúde e educação em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, com grande parte dos seus serviços destinadas ao Sistema Único de Saúde.

9.2 O Hospital Virvi Ramos é um centro de referência regional, contando com 320 leitos e atendimento em diversas especialidades, como clínica médica, cirurgia geral, pediatria, obstetrícia, ginecologia e oncologia. A instituição também possui um Centro de Diagnóstico e Imagem, além de um Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD).

Por fim, a entidade referenciada está quite com as respectivas fazendas federal, estadual e municipal, além de não possuir pendências trabalhistas ou com tribunais de contas, conforme certidões anexadas ao processo.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, *caput*).

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei n.º 14.133/21, art. 115, §5.º).

10.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, *caput*).

10.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, §1.º).

10.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, §2.º).

Rua Alfredo Chaves, n.º 1.333 - Bairro Exposição – CEP: 95.020-460 - Caxias do Sul (RS)

Fone: (54) 3218.6000





MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA - LEI N.º 14.133/21
SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DIRETA

10.4. O fornecedor deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei n.º 14.133/21, art. 118).

10.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1.º).

10.5. O fornecedor será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei n.º 14.133/21, art. 119).

10.6. O fornecedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município (Lei n.º 14.133/21, art. 120).

10.7. Somente o fornecedor será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei n.º 14.133/21, art. 121, *caput*).

10.7.1. A inadimplência do fornecedor em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei n.º 14.133/21, art. 121, §1.º).

10.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e o fornecedor devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2.º).

10.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (Decreto Municipal n.º 21.763/21).

10.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do fornecedor,

Rua Alfredo Chaves, n.º 1.333 - Bairro Exposição – CEP: 95.020-460 - Caxias do Sul (RS)

Fone: (54) 3218.6000





24805000124322



MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA - LEI N.º 14.133/21 SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DIRETA

quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (Decreto Municipal n.º 21.763/21).

10.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

10.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

11. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

11.1. A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE a avaliação e auditoria permanentes dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

11.2.A CONTRATADA deverá garantir acesso necessário à execução do serviço de auditoria, exclusiva e reservada para a equipe do CONTRATANTE.

11.3. Os prontuários dos pacientes deverão ficar sob a guarda da CONTRATADA à disposição do CONTRATANTE para auditorias, conforme legislação vigente.

11.4.A auditoria realizada pelo CONTRATANTE sobre os serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA de sua responsabilidade, inclusive perante os pacientes e terceiros, sendo que também não exime o CONTRATANTE na sua esfera de atuação, como, por exemplo, negativas e atrasos de liberação de atendimentos.

11.5. Em casos específicos e mediante critérios definidos pelas partes em normatização complementar, poderá ser realizada auditoria especializada.

11.6. Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8 - A CONTRATADA apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços disponibilizados aos usuários do SUS, as respectivas contas, por meio da apresentação das faturas eletrônicas referentes aos serviços efetivamente prestados e após a validação dos Boletins de Produção Ambulatorial e Hospitalar nos respectivos Sistemas de Informação Ambulatorial e Hospitalar - SIA/SUS e SIH/SUS realizada pelo CONTRATANTE.

Rua Alfredo Chaves, n.º 1.333 - Bairro Exposição – CEP: 95.020-460 - Caxias do Sul (RS)

Fone: (54) 3218.6000



9



MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA - LEI N.º 14.133/21
SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DIRETA

8.1- A CONTRATADA receberá, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente à prestação dos serviços, os valores de produção PÓS-FIXADOS (itens 01, 02, parte do item 05, e 06).

8.2- Os valores de incentivos federais e estaduais (itens 07 a 10), e da Média Complexidade (itens 03, 04 e parte do item 05), de forma de pagamento PRÉ-FIXADO, serão pagos até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente à prestação dos serviços mediante depósito na conta corrente da CONTRATADA.

8.2.1 – A quantia PRÉ-FIXADA do item 05 corresponde ao valor mensal de R\$ 201.745,20 (duzentos e um mil, setecentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos).

8.2.2- O pagamento da parte PÓS-FIXADA do item 05 dar-se-á sobre o valor total apurado de produção do Serviço de Laboratório, descontando-se o valor repassado de forma PRÉ-FIXADA discriminado no item 8.2.1 desta cláusula.

8.3- Os valores de incentivos federais e estaduais de competências retroativas (itens 11 e 12), poderão ser encaminhados para pagamento quando da publicação deste contrato.

8.4- A Nota Fiscal/Fatura a ser emitida pela CONTRATADA deverá conter como destinatário o Município de Caxias do Sul, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, estabelecido na Rua Marechal Floriano, nº. 421, Centro, Caxias do Sul, RS, sendo que o faturamento deverá ocorrer obrigatoriamente no CNPJ Nº 88.830.609/0001-39.

8.5- Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, será entregue à CONTRATADA recibo, assinado por servidor do CONTRATANTE, com aposição do respectivo carimbo funcional.

Rua Alfredo Chaves, n.º 1.333 - Bairro Exposição – CEP: 95.020-460 - Caxias do Sul (RS)

Fone: (54) 3218.6000





MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA - LEI N.º 14.133/21
SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DIRETA

8.6 - As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados contendo incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para correção, devendo ser reapresentadas até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu a devolução.

8.7 - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATANTE, este garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor da CONTRATADA.

8.8 - Os repasses das verbas decorrentes deste Contrato estão vinculados aos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), devendo o CONTRATANTE repassá-las através de Termo Aditivo ao Contrato, quando houver quaisquer reajustes ou aumentos que sejam concedidos pelas esferas Federal e/ou Estadual.

8.9 - O repasse dos valores PRÉ-FIXADOS da MÉDIA COMPLEXIDADE (itens 03 e 04), está condicionado ao cumprimento das metas qualitativas e quantitativas, estabelecidas no Documento Descritivo, da seguinte forma:

I - 40% (quarenta por cento) condicionado ao cumprimento das metas qualitativas; II - 60% (sessenta por cento) condicionado ao cumprimento das metas quantitativas;

8.9.1- A avaliação do cumprimento de metas será feita a cada 4 (quatro) trimestres, por meio da emissão de relatório consolidado do período, o qual será elaborado pela Comissão de Acompanhamento.

8.9.2 - em caso de cumprimento do montante das metas em percentual entre 80% a 89%, será descontado 3% sobre os 10% do valor pré-fixado MAC, referente aos 4 (quatro) trimestres avaliados.

Rua Alfredo Chaves, n.º 1.333 - Bairro Exposição – CEP: 95.020-460 - Caxias do Sul (RS)
Fone: (54) 3218.6000





24805000124322



MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA - LEI N.º 14.133/21 SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DIRETA

8.9.3 - em caso de cumprimento do montante das metas em percentual entre 70% a 79%, será descontado 7% sobre os 10% do valor pré-fixado MAC, referente aos 4 (quatro) trimestres avaliados.

8.9.4 - em caso de cumprimento do montante das metas em percentual inferior a 70% será descontado 10% sobre os 10% do valor pré-fixado MAC, referente aos 4 (quatro) trimestres avaliados.

8.9.5 - em caso de cumprimento do montante das metas em percentual acima de 89%, não haverá descontos referente aos 4 (quatro) trimestres avaliados.

8.10- A inadimplência da CONTRATADA com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao CONTRATANTE, a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.11 - Em caso de reclamação trabalhista contra a CONTRATADA em que o CONTRATANTE seja incluído no polo passivo da demanda, independente da garantia ofertada, será retido, até o final da lide, valores suficientes para garantir eventual indenização.

8.12 - Poderão ocorrer adequações de valores entre os serviços hospitalares e ambulatoriais para suprir eventuais produções acima dos montantes estimados.

8.13 - Os valores mensais de produção de serviços, que excederem o estimado no mês, serão compensados nos meses subsequentes, se estes apresentarem saldos, limitando- se ao valor total contratualizado.

13. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

13.1. Os valores estipulados no contrato serão reajustados na proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos pelo Ministério da Saúde.

14. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Rua Alfredo Chaves, n.º 1.333 - Bairro Exposição – CEP: 95.020-460 - Caxias do Sul (RS)

Fone: (54) 3218.6000



12



MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA - LEI N.º 14.133/21 SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DIRETA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria requisitante, a qual consta no documento de formalização da demanda (pedido de compra).

15. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

15.1. Compete ao Município:

15.1.1. receber, fiscalizar, orientar, impugnar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado;

15.1.2. receber o objeto e lavrar termo de recebimento provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações do Município, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o termo de recebimento definitivo;

15.1.2.1. comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

15.1.3. efetuar o pagamento ao fornecedor no valor correspondente a prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

15.2. O Município não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

16.1. O fornecedor cumprirá todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

16.1.1. proceder a prestação dos serviços no prazo e local fixados, acompanhado da respectiva nota fiscal.

16.1.2. considerar os preços propostos completos e suficientes para

Rua Alfredo Chaves, n.º 1.333 - Bairro Exposição – CEP: 95.020-460 - Caxias do Sul (RS)

Fone: (54) 3218.6000





24805000124322



MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA - LEI N.º 14.133/21
SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DIRETA

prestação dos serviços, objeto desta contratação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de parte do fornecedor;

16.1.3. arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, laudos, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens, objeto desta contratação;

16.1.3.1. entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência;

16.1.4. indenizar terceiros e ao Município os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, em conformidade com o artigo 120 da Lei n.º 14.133/21;

16.1.5. arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado;

16.1.6. cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

16.1.7. refazer os serviços em desacordo no prazo estabelecido neste Termo de Referência, ou, não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pelo Município;

16.1.8. prestar informações sobre a prestação dos serviços;

16.1.9. manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

Rua Alfredo Chaves, n.º 1.333 - Bairro Exposição – CEP: 95.020-460 - Caxias do Sul (RS)

Fone: (54) 3218.6000



14



24805000124322



**MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA - LEI N.º 14.133/21
SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DIRETA**

16.1.10. responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

16.1.11. fornecer informações e dados sobre a prestação dos serviços, conforme solicitação do Município e no prazo fixado;

16.1.12. prestar a garantia contratual, caso exigida neste Termo de Referência;

16.1.13. informar ao setor financeiro da Secretaria requisitante, durante o período de vigência do contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

17. DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N.º 13.709/2018 (LGPD)

17.1. O fornecedor fica obrigado a:

a) cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

b) cumprir com o estabelecido pelo Município para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;

c) guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;

d) não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;

e) notificar o Município em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;

Rua Alfredo Chaves, n.º 1.333 - Bairro Exposição – CEP: 95.020-460 - Caxias do Sul (RS)

Fone: (54) 3218.6000



15



24805000124322



MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA - LEI N.º 14.133/21
SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DIRETA

f) fornecer informações úteis ao Município sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;

g) implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18. A inobservância, pela CONTRATADA, de cláusula ou obrigação constante neste Contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a CONTRATANTE a aplicar, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades administrativas previstas em lei e em outros atos normativos, em cada caso, as seguintes penalidades contratuais, sendo observados os princípios do contraditório e da ampla defesa:

A) advertência;

B) multa/dia;

C) suspensão temporária dos serviços objeto da infração;

D) suspensão definitiva dos serviços objeto da infração.

E) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, concedida após o ressarcimento da Administração pelos prejuízos resultantes e após o prazo da sanção aplicada.

§ 1º O rito de apuração das irregularidades contratuais, bem como o de aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula, observará o regramento contido no Decreto Municipal nº 21.763/2021 e alterações, o qual regulamenta o processo de penalizações neste Município.

§ 2º As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, e “d” desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a alínea “b”.

§ 3º A multa-dia corresponderá a 1/60 (hum sessenta avos) do último faturamento mensal liquidado, e poderão ser impostos até 20 (vinte) dias-multa. A multa será deduzida do valor do primeiro faturamento subsequente à sua

Rua Alfredo Chaves, n.º 1.333 - Bairro Exposição – CEP: 95.020-460 - Caxias do Sul (RS)

Fone: (54) 3218.6000



16



24805000124322



MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA - LEI N.º 14.133/21
SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DIRETA

imposição.

§ 4º A suspensão temporária das internações será determinada para que a CONTRATADA corrija a omissão ou a irregularidade específica, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, que poderá ser convertido em suspensão definitiva dos serviços objeto da infração;

§ 5º A imposição de quaisquer das sanções estipuladas nesta Cláusula não elidirá o direito da CONTRATANTE de exigir o ressarcimento integral dos prejuízos e das perdas e danos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente da responsabilidade criminal e/ou ética do autor do fato.

§ 6º O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

§ 7º A glosa, total ou parcial, exarada em relatório da Auditoria SUS, após propiciado o contraditório, a ampla defesa e os demais ritos previstos nas normativas do Sistema de Auditoria do SUS, poderá ser realizada nos repasses via processamento, no Sistema (SIA/SUS, SIH), após concluído o processo de auditoria.

§ 8º O não cumprimento das metas qualitativas e quantitativas pactuadas, constatado nos lançamentos realizados pelo prestador, por meio dos Sistemas do DATASUS, em especial no SIA (Sistema de Informações Ambulatoriais) e SIHD (Sistema de Informações Hospitalares Descentralizado), poderá implicar na redução do repasses do recursos financeiros, nos termos deste contrato.

Caxias do Sul, maio de 2024.

Marguit Weber Meneguzzi
Diretora - DACRA

Rua Alfredo Chaves, n.º 1.333 - Bairro Exposição – CEP: 95.020-460 - Caxias do Sul (RS)
Fone: (54) 3218.6000



17



MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA - LEI N.º 14.133/21
SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DIRETA

ANEXO I - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

1.1. Sustentabilidade

1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

1.1.1.1. Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 12/01/2022, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 – ANVISA.

1.2. É vedada a subcontratação ou transferência total do objeto da contratação.

1.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

1.4. O fornecedor deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Município ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

1.5. DA VISTORIA

1.5.1. Não é necessária vistoria prévia.

Rua Alfredo Chaves, nº 1.333 - Bairro Exposição – CEP: 95.020-460 - Caxias do Sul (RS)

Fone: (54) 3218.6000





24805000124322



MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA - LEI N.º 14.133/21
SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DIRETA

ANEXO II - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

1.1. Habilitação Jurídica

I - Registro Comercial, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, **em vigor**.

a) O fornecedor poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado acima, devendo vir acompanhado de todas as alterações **posteriores**, caso houver.

b) Somente será(ão) habilitado(s) o(s) fornecedor(s) que apresentar(em), além de toda a documentação exigida, o ramo pertinente ao objeto desta contratação no seu objeto social.

c) O Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI somente será exigido quando permitida a participação do MEI na contratação.

1.2. Habilitação Fiscal

I - Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da **Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União**, abrangendo inclusive as **contribuições sociais** previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, **em vigor**.

II - Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, em vigor.

Rua Alfredo Chaves, n.º 1.333 - Bairro Exposição – CEP: 95.020-460 - Caxias do Sul (RS)

Fone: (54) 3218.6000



19



MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA - LEI N.º 14.133/21
SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DIRETA

III - Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, em vigor, conforme legislação tributária do Município expedidor da empresa que ora se habilita para este certame.

a) A Certidão deverá expressar, de forma clara e objetiva, **a situação do fornecedor** em relação à **totalidade dos tributos** (Mobiliários e Imobiliários) a cargo da Fazenda Municipal. Mesmo no caso de a empresa não possuir imóvel em seu nome, ou seja, isenta de qualquer imposto municipal, deverá ser apresentada certidão emitida pela Fazenda Municipal.

IV - Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, em vigor, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

1.3. Habilitação Trabalhista

I - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em vigor.

1.4. Qualificação Técnica

1.4.1. Registro ou inscrição da empresa/profissional na entidade competente, em vigor.

1.4.2. Comprovação de aptidão para os serviços objeto desta contratação

Rua Alfredo Chaves, n.º 1.333 - Bairro Exposição – CEP: 95.020-460 - Caxias do Sul (RS)

Fone: (54) 3218.6000





24805000124322

Nome do documento: 9 1 - TermoReferencia HVR contrato principal.odt

Documento assinado por

Órgão/Grupo/Matrícula

Data

DANIELE LEANDRA MENEGUZZI
MARGUIT WEBER MENEGUZZI

PMCXSUL / SMS-GAB / 33061
PMCXSUL / SMS-DDACRA / 21940

13/06/2024 11:29:20
13/06/2024 17:33:55

